



Senado aprova prazo maior para municípios acabarem com lixões

Proposta sugerida pela Comissão Especial do Pacto Federativo responde a reivindicação dos prefeitos e segue para a Câmara dos Deputados

A substituição dos lixões por aterros sanitários deveria ter ocorrido até agosto de 2014, mas quase 3 mil municípios não conseguiram cumprir a exigência. A prorrogação é um pedido dos prefeitos apresentado ao Congresso. Pelo texto aprovado ontem, o novo prazo vai variar de três a seis anos. O presidente do Senado, Renan Calheiros, elogiou a comissão especial. **5**



Senador Fernando Bezerra apresenta relatório com primeira lista de propostas montada pela Comissão do Pacto Federativo, que é presidida por Walter Pinheiro (E)

Marcos Oliveira/Agência Senado



Renan Calheiros conversa na sessão com José Serra, autor do texto que aumenta a idade-limite para servidores se aposentarem

Aposentadoria de servidor aos 75 anos segue para a Câmara

O Senado estendeu ontem a todo o funcionalismo público a idade máxima para aposentadoria prevista na PEC da Bengala,

promulgada em maio. Pela legislação atual, o limite é de 70 anos. O texto vai agora para votação dos deputados. **3**

Projeto institui lei para efetivar revitalização do Rio São Francisco **4**

Para especialistas, assistência precária dificulta redução das mortes maternas **8**

Ministro da Cultura diz que meia-entrada é hipocrisia

O Brasil está entre os países que pagam os ingressos mais caros do mundo porque 80% do público se beneficia de um direito que deveria ser apenas de estudantes e aposentados, segundo Juca Ferreira. Em audiência na Comissão de Direitos Humanos, ele lembrou que “não existe almoço grátis”. **7**

Juca Ferreira afirmou que o valor da meia-entrada no Brasil equivale a uma inteira porque os empresários não querem ter prejuízo. Ele busca uma solução de consenso



Genardo Miguez/Agência Senado

Maioridade pode ser avaliada por uma comissão especial

Senadores defenderam a criação de um grupo especial para debater a redução da maioridade penal e

alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente. Há vários requerimentos nesse sentido. **3**

Novos cargos para a Justiça Eleitoral vão a sanção **3**

Proposta modifica regras de coligações partidárias **5**

Começa prazo para emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias

A Comissão Mista de Orçamento aprovou o relatório preliminar da LDO 2016. Até quinta-feira

poderão ser apresentadas emendas, e a meta é concluir a votação da lei até o dia 14, antes do recesso. **7**

Meritocracia é o caminho para qualificar estatais, indica audiência **7**

Debate aponta a importância da expansão da malha ferroviária no país **6**

Plenário pode votar reajuste para o Ministério Público

Pronto para ser incluído na pauta, projeto que estabelece plano de carreira para servidores do órgão prevê aumento médio de 59%, mesmo percentual concedido ao Judiciário em texto aprovado na terça

ALÉM DA APROVAÇÃO do reajuste escalonado para os servidores do Poder Judiciário, o Senado pode votar em breve uma proposta que aumenta os vencimentos dos trabalhadores do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público. O PLC 41/2015, que estabelece o plano de carreira desses servidores, está pronto para ser incluído na pauta do Plenário. O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que a votação vai depender das negociações entre servidores e governo.

— Se houver negociação, melhor. Se não houver negociação, o Parlamento não tem outra coisa a fazer senão apreciar o projeto — afirmou.

O aumento será de 59% em média, percentual idêntico ao proposto para servidores do Judiciário no PLC 28/2015, aprovado na terça-feira pelo Senado. A proposta seguiu para sanção presidencial.

Líder do governo no Senado,



Servidores do Judiciário acompanham sessão em que foi aprovado reajuste

Delcídio do Amaral (PT-MS) chegou a apresentar requerimento para adiar a votação do PLC 28, mas foi derrotado. O senador disse que “ninguém questiona o direito” dos servidores do Judiciário, mas observou que a proposta será objeto de veto. O governo avalia que o

impacto do reajuste em quatro anos será de R\$ 25,7 bilhões.

— O Senado apreciou o projeto, mas o processo legislativo não se esgotou. A presidente pode fazer o veto, se ela entender que é necessário, e esse veto depois será apreciado pelo Congresso — disse Renan.

Marechal Rondon integrará Livro dos Heróis da Pátria

Foi sancionada na terça-feira pelo presidente da República em exercício, Michel Temer, a Lei 13.141/2015, que determina a inclusão do nome do Marechal Cândido Rondon no *Livro dos Heróis e das Heroínas da Pátria*. Guardado no Panteão da Pátria Tancredo Neves, em Brasília, a obra destina-se ao “registro perpétuo do nome dos brasileiros ou de grupos de brasileiros que tenham oferecido a vida à pátria, para sua defesa e construção, com excepcional

dedicação e heroísmo”.

Nascido em 1865, em Mimoso (hoje Santo Antônio do Leverger, em Mato Grosso), Cândido Mariano da Silva Rondon dedicou-se ao desenvolvimento das Regiões Norte e Centro-Oeste do país e à defesa das causas indígenas.

Rondon ingressou no Exército aos 16 anos, onde se formou engenheiro e seguiu longa carreira. Recebeu as insígnias de marechal em 1955, quando completou 90 anos, por decisão

do Congresso. Ele morreu três anos depois no Rio de Janeiro.

Rondon fez expedições pelo interior do país, abriu estradas, ajudou a demarcar terras indígenas, catalogou novas espécies e fez levantamentos cartográficos e topográficos. Em 1910, foi fundador do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), precursor da atual Fundação Nacional do Índio (Funai).

Com a inclusão do marechal, o livro passará a conter os nomes de 43 figuras históricas.

Hélio José comemora os 7 anos da Lei Seca

Hélio José (PSD-DF) comemorou os sete anos da Lei Seca, que proíbe o consumo de bebidas alcoólicas antes de dirigir.

Segundo ele, a lei diminuiu o número de mortes e acidentes. Disse, porém, que o trânsito ainda mata muito. Em 2013, foram 40 mil mortes e 170 mil atendimentos hospitalares.

— A Lei Seca tem contribuído para dar maior segurança às nossas ruas e estradas. Em 2013, houve redução de 10% no número de mortos em acidentes de trânsito, a maior diminuição desde 1998.



Monirio Matiz/Agência Senado

Paim destaca reajuste indexado de aposentadorias

Paulo Paim (PT-RS) discursou ontem sobre a inclusão dos benefícios a aposentados na proposta de reajuste do salário mínimo em discussão na Câmara. Segundo emenda a medida provisória que trata do tema, o reajuste de aposentadorias e pensões passa a ser vinculado ao crescimento do PIB. O senador apoiou a medida e disse esperar que o Congresso se posicione a favor de salários justos, a exemplo da aprovação unânime do reajuste aos servidores do Judiciário.

— Antes tarde do que nunca: agora o projeto vem, colocado numa medida provisória, para garantir política salarial permanente para o aposentado.

Lídice lembra data da independência baiana, em 1823

Lídice da Mata (PSB-BA) saudou a Independência da Bahia, ocorrida em 2 de julho de 1823. A senadora lembrou que, após a independência do Brasil, em 1822, grande parte do Norte e Nordeste continuaram em poder dos portugueses.

Lídice sugeriu à TV Senado produzir um documentário sobre a Independência da Bahia.

— Em 2 de julho, o exército libertador entra triunfalmente em Salvador, consolidando a nossa independência. A data é comemorada anualmente com um cortejo cívico.



Genitório Aguiar/Agência Senado

Com veto sobre fator previdenciário na pauta, Congresso adia sessão

A sessão do Congresso prevista para a manhã de ontem foi remarcada para 14 de julho. Segundo Romero Jucá (PMDB-RR), na pauta estará o veto à flexibilização do fator previdenciário (VET 19/2015).

A regra 85/95, que permite a aposentadoria integral quando a soma da idade e do tempo de contribuição é de 85 anos para mulheres e 95 anos para homens, foi aprovada durante a tramitação da MP 664/2014 na Câmara.

Segundo o presidente do Senado, Renan Calheiros, não há acordo e os líderes partidários ainda estão conversando sobre a pauta.

Para a reunião de ontem, estava prevista a votação de nove vetos referentes a temas como Orçamento de 2015, o novo Código de Processo Civil, fusão de partidos. Outro item na pauta é o PLN 2/2015, que destina recurso para garantir o pagamento de aposentados do fundo de pensão Aerus.

Número de integrantes da CPI da CBF vai aumentar de 7 para 11

A CPI que investigará a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e a organização da Copa do Mundo de 2014, no Brasil, passará a ter mais membros. Foi apresentado ontem um requerimento aumentando a composição da comissão de 7 para 11 senadores. Esse tipo de pedido não precisa ser votado e produz efeitos imediatos. O requerimento foi feito pelo senador Humberto Costa (PT-PE).

Já criada oficialmente, por

requerimento do senador Romário (PSB-RJ), a CPI da CBF ainda não foi instalada. Até ontem, faltava o Bloco da Maioria, formado por PMDB e PSD, indicar os membros para que a comissão pudesse iniciar os trabalhos.

A CPI terá como alvo possíveis irregularidades em contratos para partidas da Seleção Brasileira e de campeonatos organizados pela CBF, assim como para a Copa das Confederações de 2013 e da Copa do Mundo de 2014.

Vetado projeto que permitia incluir nome em registro de natimorto

Foi vetado integralmente projeto que garantia aos pais de bebês natimortos incluir no registro de óbito nome e sobrenome. A proposta (PLC 88/2013), do ex-deputado Ângelo Agnolin, foi aprovada no Senado no início de junho.

A Lei dos Registros Públicos determina a obrigação do registro da criança nascida morta somente com os elementos que couberem e referência ao óbito. O direito à inclusão do nome e do sobrenome, no entanto, tem sido

reconhecido por tribunais.

Na mensagem de veto, o presidente da República em exercício, Michel Temer, argumenta que “a alteração poderia levar a interpretações que contrariariam a sistemática vigente no Código Civil, inclusive com eventuais efeitos não previstos para o direito sucessório”. Somente bebês nascidos vivos, ainda que venham a morrer logo em seguida, têm direito a herança e podem transmiti-la aos sucessores.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



CRA Agrotóxicos

8h Audiência pública para debater o registro de agrotóxicos no país. Entre os convidados, a ministra da Agricultura, Kátia Abreu.

CRE Lei de Migração

10h Na pauta, turno suplementar do projeto de Lei de Migração (PLS 288/2013).

PLENÁRIO Sessão extraordinária

11h30 Com a pauta trancada por MPs, a sessão deve ser destinada à discussão das Propostas de Emenda à Constituição 74/2013, 78/2013 e 71/2011. Às 14h, sessão ordinária.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 10h, reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Projeto aprovado ontem em Plenário prevê aposentadoria compulsória aos 75 anos, e não mais aos 70

Senado estende idade-limite para servidor se aposentar

O PLENÁRIO APROVOU ontem proposta que prevê a aposentadoria compulsória dos servidores públicos aos 75 anos. Pela regra atual, essa aposentadoria se dá aos 70 anos. A mudança atinge todos os servidores públicos da União, dos estados, do DF e dos municípios. O projeto tramitava em regime de urgência — o que permite superar prazos e etapas — e recebeu 59 votos favoráveis e 5 contrários. O texto segue para a Câmara.

O PLS 274/2015 — Complementar, de José Serra (PSDB-SP), foi apresentado para regulamentar a Emenda Constitucional 88/2015, conhecida como PEC da Bengala, promulgada em maio. A emenda determina que ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), dos tribunais superiores e do Tribunal de Contas da União se aposentarão compulsoriamente aos 75 anos de idade. Com o projeto aprovado, o

novo limite fica automaticamente estendido aos demais servidores públicos.

Para Serra, a extensão da aposentadoria compulsória para os 75 anos é vantajosa tanto para os servidores como para a administração pública.

— O governo vai economizar mais de R\$ 1 bilhão por ano, com o aumento do tempo de serviço. Por outro lado, [o projeto] permite que muitos funcionários públicos que ainda não cumpriram o tempo de serviço possam se aposentar plenamente — explicou.

Também foi aprovada emenda incluindo os integrantes da Defensoria Pública, que hoje têm carreira independente dos servidores públicos. O relator do projeto, Lindbergh Farias (PT-RJ), afirmou que, com a proposta, “ganham os servidores públicos a opção de se aposentar mais tarde, ganha a Previdência, ganha a administração pública”.

Os votos contrários vieram de senadores que argumentaram que o projeto é inconstitucional. Segundo José Pimentel (PT-CE), há pouco tempo o STF declarou inconstitucional a Lei Complementar 144/2014, que trata da aposentadoria especial para policiais, por considerar que o tema é de iniciativa privativa da Presidência. A tese também foi defendida por Randolfe Rodrigues (PSOL-AP).

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) criticou a proposta por dar o mesmo tratamento a autoridades que assumem cargos por indicação política a servidores que conquistaram os cargos por concurso.

Em defesa da constitucionalidade do projeto, Serra esclareceu que a lei apenas regulamenta uma emenda constitucional, igualando a regra aos demais servidores.

Cristovam Buarque (PDT-DF) elogiou o projeto e disse que a medida já deveria ter sido tomada há muito tempo.



Em Plenário, parlamentares defendem criação de comissão especial sobre tema

Senadores pedem comissão para avaliar maioria penal

A criação de uma comissão especial para analisar a redução da maioria penal e as alterações no atendimento socioeducativo de menores foi defendida por vários senadores durante a ordem do dia de ontem. A comissão seria o local apropriado para debater um assunto importante, avaliaram. Conforme informou o presidente do Senado, Renan Calheiros, há vários requerimentos para a criação de uma comissão sobre o assunto.

Magno Malta (PR-ES) defendeu uma proposta “inclusiva, social e cristã”, que socialize os menores infratores. Para o senador, reduzir a maioria apenas por reduzir é uma “falácia”. Ele disse que, no âmbito de uma comissão especial, será possível discutir o assunto “com responsabilidade”.

Lindbergh Farias (PT-RJ) lamentou que a proposta tenha sido retomada na Câmara apenas um dia depois de o tema ser derrotado. Segundo o senador, se a redução passar na Câmara, será discutida com calma no Senado:

— Na comissão, será possível construir maioria sobre o tema.

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) disse que faltou critério no debate da Câmara e criticou o “radicalismo” com que muitos tratam o tema. Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) criticou a Câmara pela retomada da matéria e defendeu a criação da comissão no Senado.

Jader Barbalho (PMDB-PA) lembrou que já apresentou

requerimento para a constituição de uma comissão especial sobre a maioria penal. Ele disse que está faltando apenas a indicação dos membros por parte dos líderes.

Renan lembrou que já foi votada urgência para o PLS 333/2015, de José Serra (PSDB-SP). O projeto altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para criar um regime especial de atendimento socioeducativo, a ser aplicado a menores que praticarem, mediante violência ou grave ameaça, conduta equivalente a crime hediondo. Também estende o período máximo de internação. Renan defendeu uma “concertação” sobre o encaminhamento do projeto e marcou para terça-feira uma reunião de líderes para debater o tema.

— Essa matéria é muito cobrada pela sociedade.

José Pimentel (PT-CE), relator do PLS 333, defendeu a atualização do estatuto, propondo alterações como dobrar a pena do adulto que usar menor para ações criminosas e a obrigatoriedade do ensino fundamental no sistema socioeducativo. Segundo o senador, não é necessário uma proposta de emenda à Constituição (PEC) para tratar da mudança. Ele também pediu reflexão sobre a sugestão de mais uma comissão especial.

— Se queremos fazer uma discussão que envolva a Casa, vamos fazer uma sessão plenária. Aí, vamos dar uma resposta para a sociedade — defendeu.

Adiada análise de texto sobre ação da Petrobras no pré-sal

O Plenário não votará nesta semana o PLS 131/2015, que revoga a participação obrigatória da Petrobras no modelo de partilha de produção de petróleo em voga na exploração do pré-sal. O projeto está na ordem do dia e tramita com urgência, mas acordo entre líderes adiou a apreciação.

Com o adiamento, o texto perderá a preferência para as MPs 672/2015 (política de valorização do salário mínimo) e 673/2015 (dispensa de empacamento para tratores), que

chegaram ao Senado ontem.

O PLS 131 desobriga a Petrobras de atuar como operadora única do pré-sal com participação de pelo menos 30%. O autor da proposta, José Serra (PSDB-SP), argumenta que o texto alivia a Petrobras de uma obrigação com a qual ela não pode arcar. O senador diz que o objetivo é fortalecer a estatal.

O Senado reuniu especialistas na terça-feira para discutir a proposta e muitos senadores defenderam debate mais aprofundado sobre a ideia.



Plenário aprovou projeto com 59 votos favoráveis e 5 contrários: para alguns senadores, proposta é inconstitucional

Confirmados diretores de agências reguladoras

O Senado aprovou ontem a indicação de Carla Santa Cruz Coelho para a diretoria da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Ângela Portela (PT-RR) foi a relatora da indicação, aprovada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) no fim de maio.

Fernando Garcia Neto e Jarbas Barbosa da Silva Júnior também foram confirmados para a diretoria da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). As indicações foram relatadas por João Alberto Souza (PMDB-MA) e Waldemir Moka (PMDB-MS).

Foram confirmados ainda Marcelo Vinaud Prado e Carlos Fernando Nascimento para a diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). As indicações foram relatadas por Acir Gurgacz (PDT-RO) e Sandra Braga (PMDB-AM) e foram elogiadas por Hélio José (PSD-DF). Outra indicação aprovada para a ANTT foi a de Marcelo Bruto da Costa Correa, relatada por Blairo Maggi (PR-MT).

Para a diretoria da Agência Nacional de Águas (ANA), foi aprovado o nome de Ney Maranhão, cuja indicação teve como relator o senador Otto Alencar (PSD-BA).

Plenário aprova cargos para a Justiça Eleitoral

Proposta de iniciativa do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que cria 332 cargos efetivos e 3.207 funções comissionadas para 166 zonas eleitorais no país (PLC 25/2015) foi aprovada ontem pelo Plenário. O TSE deverá cobrir a despesa com orçamento próprio.

Segundo justificativa do tribunal, a medida pretende dar continuidade à implementação do quadro de pessoal próprio da Justiça Eleitoral nos cartórios. Levantamento da instituição revelou que 166 zonas eleitorais estão desprovidas de servidores de carreira. A proposta condiciona a criação dos cargos e funções comissionadas à existência de dotação orçamentária e a autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

As razões da Justiça Eleitoral convenceram o relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), José Maranhão (PMDB-PB), a recomendar a aprovação. “É indiscutível a necessidade de criação dos cargos previstos na proposição, os quais são indispensáveis para assegurar um contingente mínimo de pessoal próprio às 166 zonas eleitorais criadas após a Lei 10.842/2004”, afirma o senador no parecer.

Projeto de Lídice da Mata firma objetivos e prioridades na recuperação da Bacia do São Francisco, além de estabelecer normas sobre gestão dos recursos hídricos e recuperação das áreas protegidas

Comissão transforma revitalização de rio em lei

A COMISSÃO DE Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou ontem projeto que estabelece normas gerais sobre a gestão dos recursos hídricos da Bacia do Rio São Francisco, sobre a recuperação das áreas protegidas e a sustentabilidade do programa federal de revitalização da bacia hidrográfica.

Apresentado por Lídice da Mata (PSB-BA), o Projeto de Lei do Senado (PLS) 86/2015 trata de princípios, objetivos e prioridades no processo de recuperação do rio. O estabelecimento de metas de volume útil para os reservatórios de água da bacia, a construção de cisternas para captação da água da chuva e a fiscalização de crimes ambientais na região estão entre os temas do projeto.

— Resolvemos propor que as normas que hoje compõem o

programa de revitalização se transformem em lei porque elas não saem do papel há muitos anos. Com um roteiro claro, podemos impor ao governo a sua execução — disse a senadora.

Resultados fracos

O projeto recebeu o apoio do relator, senador Humberto Costa (PE), líder do PT no Senado. Ele afirma que as ações de revitalização do Rio São Francisco têm apresentado resultado aquém do esperado e que os recursos empregados apresentam níveis de execução orçamentária abaixo dos inicialmente previstos.

De acordo com dados do sistema Siga Brasil, dos R\$ 286,2 milhões autorizados para o programa de saneamento básico de responsabilidade da Companhia de Desen-

volvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Covivasf) no exercício de 2014, somente R\$ 75 milhões foram executados.

— Segundo o Ministério da Integração, o programa passou a limitar a revitalização aos locais onde há obras de transposição do Rio São Francisco, havendo necessidade de execução de obras de preservação de nascentes, replantio da mata ciliar, obras de saneamento básico em cidades ribeirinhas e ações para contenção de erosões em toda a extensão do rio — observou o senador.

Outros senadores também concordaram que regulamentar a revitalização da bacia hidrográfica do São Francisco em lei específica pode ajudar a garantir a oferta e a qualidade da água do rio.



Paulo Saldiva, deputado Sérgio Souza, Rodrigo Lima e André Nassar no debate

Uso do etanol como energia é defendido em audiência

O etanol pode ser uma excelente saída para redução das emissões de gases poluentes, assim como para a consolidação das matrizes energéticas limpas e renováveis no país. A defesa foi feita em audiência pública promovida ontem pela Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC).

Investir em combustíveis renováveis deveria ser uma ação de saúde pública, argumentou o professor da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP) Paulo Hilário Saldiva. Ele explicou que a poluição ambiental eleva os riscos de contrair doenças e destacou que a poluição do ar mata, no mundo, mais do que malária e diarreia juntas — cerca de 7 milhões de pessoas anualmente. Sendo o etanol um combustível que emite menos poluição, defendeu, sua expansão resultaria diretamente em mais saúde para a população.

— Temos políticas muito fortes contra o tabaco e nenhuma contra poluição. Quando você faz uma política pública de incentivo aos biocombustíveis, ela não é só uma política de

energia, ela é uma política de saúde. Tudo o que melhora a qualidade de vida das pessoas se reflete em saúde — alertou.

O diretor-geral da Agroicone, Rodrigo Lima, cobrou do governo uma política mais efetiva de incentivo ao biocombustível. A Agroicone foi fundada em 2013 para produzir estudos e pesquisas sobre as questões globais de agronegócio.

Para Lima, o Brasil adotou em 2010 compromissos voluntários de redução de emissão de gases nocivos, em uma proposta que incluía a ampliação do uso do etanol, mas não criou políticas de incentivo ao setor para fazer as metas de consumo de etanol serem alcançadas.

O secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, André Nassar, reconheceu que o etanol é importante não apenas como fonte de oferta de energia, mas para a redução de gás carbônico no país.

— Falta bastante coisa para viabilizar a expansão do etanol, mas o governo quer trabalhar com o setor produtivo, considerando a atual situação de endividamento do setor, para alcançar o objetivo.



Davi Alcolumbre (C), presidente da comissão, que pautou a apreciação do texto, comanda reunião ao lado de Paulo Rocha

Vítimas de desastre natural deverão ter Bolsa-Enchente

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou ontem a criação de um novo auxílio, apelidado de Bolsa-Enchente. O projeto (PLS 102/2015) estabelece que famílias vitimadas por desastres naturais receberão auxílio financeiro diretamente da União por meio do Cartão de Pagamento de Defesa Civil (CPDC) a fim de que possam comprar cestas básicas, medicamentos e produtos de higiene e limpeza durante os períodos de calamidade pública. A proposta segue para decisão final da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O CPDC foi criado em 2011 para garantir agilidade no repasse de recursos do governo federal para as regiões em situação de emergência. Atualmente, o cartão é concedido exclusivamente aos governos estaduais e municipais, para ações de prevenção e respostas a desastres naturais.

O autor do projeto, Sérgio Petecão (PSD-AC), quer garantir que as famílias possam recuperar-se materialmente dos danos.

Para o relator, Gladson Cameli (PP-AC), o uso do cartão por desabrigados pode beneficiar a economia, “uma vez que os recursos distribuídos serão direcionados para o comércio e a rede de serviços locais”.

Albergues podem estar em lista de serviços turísticos

A inclusão expressa dos albergues na lista dos prestadores de serviços turísticos previstos pela Lei Geral do Turismo (Lei 11.771/2008) é sugerida em projeto de lei (PLS 511/2011) aprovado ontem pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

O autor é o ex-senador Rodrigo Rollemberg, atual governador do Distrito Federal. O projeto define albergues como estabelecimentos destinados a prestar serviços de alojamento temporário, ofertados em unidades coletivas, podendo também contar com algumas unidades individuais.

O projeto recebeu parecer favorável na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), com emendas para aperfeiçoamento do texto. A relatora na CDR, Lídice da Mata (PSB-BA), apoiou a iniciativa.

Na avaliação dela, a ausência de regulamentação dos albergues é uma “falha grave”, cuja correção será um dos legados dos megaeventos esportivos para o turismo.

— Já há muito tempo a legislação turística nacional deveria ter acolhido os albergues como relevante forma de alojamento.

Como tem caráter terminativo, o projeto vai para a Câmara dos Deputados.

Blairo quer que isenção sobre óleo diesel não seja vetada

Blairo Maggi (PR-MT) pediu à presidente Dilma Rousseff que não vete a isenção do PIS-Cofins sobre o óleo diesel para caminhoneiros e agricultores, que foi incluída pelos deputados na Medida Provisória 670/2015, aprovada na terça-feira pelo Senado.

O senador disse que, mantendo a isenção, a presidente estará estimulando a economia, o que ele considera fundamental nesse momento para o desenvolvimento do país.

— Essa isenção, para um caminhoneiro autônomo, significa de R\$ 2 mil a R\$ 3 mil por mês. Em nome do agricultor, em nome do caminhoneiro, que o governo veja isso como um incentivo à economia, para que ela volte a andar.



Genaldino Magela/Agência Senado

Ângela pede que implantação de parque respeite produtores

Ângela Portela (PT-RR) pediu ao Instituto Chico Mendes que aceite a proposta do governo de Roraima para que o Parque Nacional do Lavrado seja implantado na área indígena São Marco e não na Serra da Lua, já que nessa região vivem famílias de pequenos produtores rurais.

A senadora argumentou que essa opção seria melhor para o estado, que já tem mais da metade de suas terras destinadas a unidades de conservação e áreas indígenas.

— Eu defendo a proposta apresentada pelo governo estadual por entender que é indispensável respeitar os produtores que se estabeleceram há tanto tempo na região da Serra da Lua.



Genaldino Magela/Agência Senado

Proposta que passou em Plenário e segue para a Câmara é a primeira de uma lista sugerida pela Comissão Especial do Pacto Federativo e atende pedidos dos municípios

Aprovado prazo maior para o fim dos lixões



O PLENÁRIO APROVOU ontem projeto que prorroga em no mínimo três anos o prazo para os municípios acabarem com os lixões, adaptando-se à Política Nacional de Resíduos Sólidos.

A proposta (PLS 425/2014) é a primeira de uma lista sugerida pela Comissão Especial do Pacto Federativo, com projetos de interesse de estados e municípios, e vai para a Câmara.

Os lixões deveriam ter sido substituídos por aterros sanitários desde agosto de 2014, mas quase 3 mil municípios e o Distrito Federal não cumpriram a determinação. A prorrogação é uma demanda das prefeituras e foi apresentada pela subcomissão temporária que acompanhou a execução da Política Nacional de Resíduos Sólidos em 2013 e 2014.

O senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), membro da comissão especial, apresentou emenda com prazos diferenciados para o fim dos lixões.

Para capitais e municípios de regiões metropolitanas, 31 de julho de 2018. Para municípios de fronteira e os que contam com mais de 100 mil habitantes, 31 de julho de 2019. Para cidades de 50 mil a 100 mil habitantes, 31 de julho de 2020. E para municípios com menos de 50 mil habitantes, 31 de julho de 2021.

Bezerra disse que a prorrogação do prazo é importante para os municípios conseguirem se adaptar à lei que estabeleceu a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Ele ponderou que o fechamento de um lixão depende de outras ações, como a criação de aterros sanitários, coleta seletiva e campanhas educativas.

— Essa é a primeira medida concreta que esta Casa toma, dando uma resposta às demandas dos municípios.

A relatora da subcomissão temporária, senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), justificou que a lei “não foi realista ao prever um prazo exíguo para que os municípios, especialmente os menores e

mais carentes”, assumissem a tarefa.

Para o presidente do Senado, Renan Calheiros, a apresentação desse primeiro projeto marca “um momento de exuberância do Senado”. O senador Walter Pinheiro (PT-

BA), presidente da comissão especial, informou que, na primeira semana de trabalho do colegiado, foi possível entregar 20 propostas para serem votadas no Plenário.

Os senadores Antonio Anastasia (PSDB-MG), Blairo Maggi

(PR-MT), Gleisi Hoffmann (PT-PR), Eunício Oliveira (PMDB-CE) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA) elogiaram o projeto. Donizeti Nogueira (PT-TO) manifestou preocupação com os recursos para a implantação dos aterros.



Prazo para substituir os lixões por aterros sanitários vai variar de três a seis anos, dependendo do tamanho das cidades

Avança alteração nas coligações proporcionais

A Comissão da Reforma Política aprovou ontem mudanças nas normas para as coligações nas eleições proporcionais — para vereadores, deputados estaduais e distritais e deputados federais. A proposta, que seguiu em regime de urgência para o Plenário, determina que a distribuição de vagas nas eleições proporcionais aconteça de acordo com o quociente eleitoral, por partido, mesmo quando houver coligação. Os partidos que não alcançarem o quociente não poderão concorrer às sobras de vagas.

Hoje, quando os partidos se coligam para disputar uma eleição proporcional, os candidatos menos votados se beneficiam dos votos recebidos pelos primeiros colocados.

— A comissão optou pela proposta mais rígida e que exclui os partidos que não alcançaram o quociente, mas é um processo de negociação tanto no Plenário do Senado como na Câmara — disse o presidente da comissão, senador Jorge Viana (PT-AC).

Como a Câmara rejeitou no final de maio o fim das coligações, o relator da comissão do Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), se comprometeu a negociar com os deputados a proposta das novas normas:

— A proposta fortalece os partidos. Vai forçar mais rapidamente a fusão dos partidos para que, efetivamente, a gente tenha quatro, cinco ou seis



Para Jorge Viana e Romero Jucá, texto aprovado ontem fortalece os partidos

deles com condições de fazer o quociente eleitoral.

O apoio às alterações no modelo das coligações proporcionais foi aprovado com apenas um voto contrário, de Donizeti Nogueira (PT-TO). Já Aécio Neves (PSDB-MG) avaliou que a comissão votou pelo fortalecimento dos partidos.

— A melhor [alternativa] era o fim das coligações proporcionais, mas isso a Câmara derrubou. O projeto [da comissão do Senado] vai fazer com que as pessoas migrem para legendas que sejam, efetivamente, partidos políticos.

Senadoras e deputadas apresentaram proposta que reserva um percentual mínimo de 10% de vagas nas Casas legislativas para serem preenchidas por mulheres na primeira eleição após a vigência da lei. Essa cota passaria para 12% nas eleições seguintes e para 16% na terceira eleição.

— Temos aqui a nossa proposta para a reforma eleitoral. Na minha avaliação, bem

modesta. Teria feito diferente, mas fui voto vencido — disse a senadora Marta Suplicy (sem partido-SP).

A Comissão da Reforma Política volta a se reunir na próxima terça-feira. O objetivo é votar quatro projetos. O primeiro prevê que, quando houver cassação de candidato escolhido em eleição majoritária, um novo pleito deve acontecer.

O segundo distribui o tempo semestral de propaganda partidária em cadeia de rádio e TV de acordo com o tamanho da bancada na Câmara. O terceiro restringe a distribuição do fundo partidário aos partidos com diretórios permanentes em mais da metade dos municípios brasileiros. E o quarto tem o objetivo de cortar os custos das campanhas eleitorais.

O senador Romero Jucá apresentou ontem à comissão outros quatro projetos a serem discutidos.

Projetos em exame na comissão: <http://bit.ly/propostaspacto>

Ana Amélia pede que governo federal cumpra acordo com prefeituras

Ana Amélia (PP-RS) pediu que o governo cumpra acordo feito com prefeituras de todo o país e repasse para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) 0,5% da arrecadação do Imposto de Renda e do IPI entre julho de 2014 e junho deste ano, como



previsto na Emenda Constitucional 84.

Pelos cálculos da senadora, a União deve quase R\$ 2 bilhões aos municípios, mas o governo só repassou R\$ 954 milhões. Por isso, ela pede que o governo aporte R\$ 1 bilhão ao FPM para complementar o total esperado.

Acir Gurgacz elogia reforma agrária e regularização fundiária de terras

O senador Acir Gurgacz (PDT-RO) elogiou ontem as medidas sobre reforma agrária e regularização fundiária de terras anunciadas pelo governo federal durante o lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar 2015-2016, na semana passada.



Gurgacz explicou que o programa de crédito fundiário será ampliado e terá novas regras e valores e é importante porque os empréstimos para a compra de terras têm sido uma alternativa interessante para os agricultores regularizarem as lavouras.

Flexa Ribeiro quer compensação para estados onde estão as hidrelétricas

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) defendeu o aumento do valor da compensação dos estados onde estão instaladas usinas hidrelétricas, por causa dos impactos socioambientais desses projetos. O senador também quer que sejam destinados aos estados pro-



dutores 5% da energia produzida em novos empreendimentos.

O objetivo é que os estados possam, com essa energia, atrair novos investimentos para o seu território, explicou o senador. Flexa Ribeiro também criticou possível aumento na conta de luz no Pará.



Daldice Almeida e José Norberto Campelo tiveram os nomes aprovados em sessão dirigida por José Pimentel (C)

Comissão de Justiça aprova duas indicações ao CNJ

Nomes de Daldice Almeida e José Norberto Campelo seguiram para o Plenário. Sobrecarga do Judiciário, redução da maioria penal e delação premiada foram abordados durante a sabatina

A “CULTURA DO litígio” dos brasileiros é responsável pela sobrecarga do Judiciário, por onde tramitam 90 milhões de processos. O diagnóstico foi apresentado por dois indicados para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ): a juíza Daldice Almeida e o advogado José Norberto Campelo em sabatina na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) ontem.

As indicações foram aprovadas pela CCJ e seguem agora para votação no Plenário.

Daldice apoiou sugestão de José Pimentel (PT-CE), vice-presidente da CCJ, de tornar a conciliação matéria integrante do currículo dos cursos de direito. Campelo afirmou que as faculdades ensinam a litigiosidade, e as audiências de conciliação na Justiça cumprem mera formalidade.

Em resposta a Antonio Anastasia (PSDB-MG), ele negou que a sobrecarga do Judiciário seja causada pelo excesso de recursos processuais. Uma das

causas do problema, disse, é que o baixo custo do litígio leva muitos agentes públicos a transferirem as responsabilidades para o Judiciário, com receio de eventuais questionamentos sobre suas decisões.

Após constatar que 51% dos litígios envolvem órgãos públicos, Daldice sugeriu uma ação preventiva e anunciou que, se for confirmada no CNJ, atuará para que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) reduza o potencial de geração de litígios — grande parte das ações na Justiça envolvem essa autarquia previdenciária.

Maioridade

Questionada por Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) sobre a proposta de redução da maioria penal, a juíza afirmou que a alteração poderia ser feita se houvesse um sistema carcerário eficiente que realmente recuperasse as pessoas. Mas, segundo ela, “do jeito que está, não está sendo saudável nem para o adulto e muito menos para o menor”.

Campelo considerou o PLS 333/2015, de José Serra (PSDB-SP), “um alento nesta problemática grave”. Constatando que há uma “legião de jovens” envolvidos em crimes, o advogado considerou necessário dar “mais oportunidade para que encontrem outro caminho na vida que não o da criminalidade”.

Delação

Os dois indicados consideraram a delação premiada um instrumento eficaz, que deve ser usado com cuidado nas investigações. O advogado afirmou que “a responsabilidade do magistrado que utiliza essa ferramenta é muito grande”.

— É preciso que ela seja utilizada exatamente nos limites da lei. Ainda que eventualmente possa trazer bons resultados na investigação, é preciso que se respeite o devido processo legal. É um pressuposto de qualquer país democrático que o devido processo legal seja respeitado em sua plenitude — acrescentou.

Medidas anticorrupção serão analisadas

Após a sabatina, a CCJ aprovou requerimento de José Maranhão (PMDB-PB), presidente da comissão, para que o colegiado avalie o impacto das leis e atividades relativas ao combate à corrupção no país.

“O Senado Federal tem o dever de também apresentar alternativas visando acabar ou, no mínimo, reduzir os alarmantes índices de corrupção

do Brasil”, justifica o senador.

Maranhão acrescentou ao pedido medidas apresentadas pelo Ministério Público para reforçar a luta contra a corrupção no país.

Humberto Costa (PT-PE) aproveitou para pedir prioridade de votação para o PLS 554/2011, de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que fixa prazo máximo de 24 horas

para pessoa presa em flagrante ser apresentada ao juiz. Relator da proposta, Humberto apresentou substitutivo estabelecendo que a apresentação do preso ao juiz 24 horas após o flagrante — por meio da “audiência de custódia” — visa colher esclarecimentos e checar eventual violação de direitos fundamentais por ocasião da prisão.

Debatedores dizem que trens impulsionam a economia

Senadores apontaram ontem, em audiência pública na Comissão de Infraestrutura (CI) a importância de expansão da malha ferroviária para fazer chegar aos portos do país os produtos do agronegócio e da indústria nacional com mais eficiência, menor custo e em menos tempo.

Para Ricardo Ferraço (PMDB-ES), autor do pedido do debate, o governo poderia prorrogar as concessões de ferrovias, que estão vencendo entre 2020 e 2030, para viabilizar investimentos necessários à construção de novas linhas.

— Temos um conjunto de concessões ferroviárias que estão por vencer e o governo pode antecipar a renovação para fazer caixa, cessão onerosa, ou pode criar uma modelagem para substituir a renovação por investimentos em novas ferrovias — disse, ao anunciar que a

CI vai aprofundar o debate com as autoridades do setor.

Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) apoiou a prorrogação de concessões:

— Será que está certa a estratégia de fazer novas licitações ou se poderia fazer um elenco das concessões que poderão ser prorrogadas para viabilizar investimentos mais rapidamente?

Para Walter Pinheiro (PT-BA), a decisão de investir para a expansão das ferrovias deve levar em conta as necessidades das rotas de logística, de forma a otimizar o fluxo do transporte de cargas.

No debate, conduzido pelo presidente da CI, Garibaldi

Alves Filho (PMDB-RN), os senadores conheceram detalhes do Complexo Industrial do Porto do Açú, no Rio de Janeiro. Conforme Eduardo Parente, presidente da Prumo Logística Global, empresa responsável pelo empreendimento, o porto é um investimento privado com financiamento do BNDES.

Em resposta a Hélio José (PSD-DF), Parente se disse otimista quanto ao Programa de Investimento em Logística 2015–2018 do governo federal.

— Acho que existe um “alinhamento de estrelas” neste momento, pois existe um plano exequível e pragmático e uma série de ferrovias cujas

Senador sugere a prorrogação de concessões que vão vencer entre 2020 e 2030

concessões estão em seu período final e são ferrovias rentáveis, com grande volume de cargas, com escala muito grande — observou.

Blairo Maggi (PR-MT) elogiou

a construção do Porto do Açú e disse que a aprovação da Lei dos Portos (Lei 12.815/2013) é essencial para atrair a iniciativa privada.

— Foi a primeira grande ação de governo para modernizar os portos e, a exemplo do Porto do Açú, outras centenas de novos portos têm sido construídos, pequenos e grandes — disse o senador.

A CI aprovou ainda requerimentos de Fernando Bezerra para audiência pública sobre as dificuldades dos serviços de abastecimento de água e de esgoto e de Hélio José para debater a duplicação da rodovia BR-080.



Eduardo Parente e senadores Garibaldi Alves e Ricardo Ferraço (à mesa)

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Edição: Silvío Burle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cíntia Sasse, Eliane Cavalcanti, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)



Em audiência presidida por Paim (C), Juca Ferreira afirma que ingressos no Brasil estão entre os mais caros do mundo

Meia-entrada é hipocrisia, diz ministro da Cultura

Juca Ferreira afirmou ontem que benefício, na verdade, tem valor de uma inteira. Segundo ele, 80% do público paga ingresso diferenciado, que, defendeu, deve ser direito de estudantes e aposentados

O MINISTRO DA Cultura, Juca Ferreira, classificou de “hipocrisia” a venda de meia-entrada em espetáculos culturais, uma vez que, a rigor, o benefício tem o preço de uma inteira no país. A afirmação foi feita em audiência sobre o tema promovida ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) e presidida por Paulo Paim (PT-RS).

— A média de presença de público com meia-entrada é em torno de 80%. Se tem essa possibilidade de 80%, é óbvio que não existe meia-entrada, porque o custo é de uma inte-

ra. E quem paga isso? Alguém acredita que um empresário monte um cinema para ter prejuízo? Ele tem que ter uma margem de lucro. Ele vai ter que pagar todos os custos e ter uma pequena parcela de lucro. A meia-entrada, na real, é uma inteira. E a inteira é estratosférica. Vamos encontrar uma saída porque, se a meia custa o preço da inteira, isso é uma hipocrisia, é uma falsificação — disse o ministro.

Juca Ferreira disse que o problema remonta há mais de uma década e que o Brasil está entre os países que cobram os

ingressos mais caros do mundo. Ele manifestou o desejo de que se chegue a um consenso. A regulamentação da cobrança está na Lei 12.933/2013 e o debate, na CDH, se ampara nas mudanças em estudo no Ministério da Cultura e nas discussões sobre a participação dos idosos no benefício.

O ministro afirmou ser favorável à meia-entrada para estudantes e aposentados, por considerar esse um direito que propicia a inclusão social, mas invocou a máxima econômica segundo a qual “não existe almoço grátis”.

Debate sugere adoção de meritocracia nas estatais

Adotar a meritocracia e dar mais transparência à gestão, impedindo indicações políticas, foram algumas das sugestões apresentadas ontem à comissão mista encarregada de elaborar proposta de um marco legal para as estatais.

Em audiência pública promovida pelo colegiado, a representante do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), Adriane de Almeida, recomendou que a escolha dos dirigentes priorize pessoas com qualificação técnica e que não estejam ligadas diretamente ao Poder Executivo. Para ela, a indicação política e a existência de um conselho de administração que atua de forma figurativa são prejudiciais.

— Nenhuma estatal atende hoje a prática [da meritocracia]. É importante que o conselho de administração faça eleição de diretores, e não o Poder Executivo. E que o governo divulgue como pretende usar a empresa — disse.

Otto Alencar (PSD-BA) concordou. O senador defendeu que o marco regulatório das estatais inclua dispositivo que vede indicações políticas para



Tasso Jereissati (C) disse que cobrará explicações pela ausência de representantes da Petrobras e da Valec no debate

cargos de presidente, vice-presidente e diretor.

— O escândalo da Petrobras se deu em função de diretores com carteira assinada por partidos políticos — disse.

O diretor jurídico do Banco do Brasil, Antônio Pedro Machado, lembrou a trajetória da instituição na elaboração de normas de controle e governança. Ele destacou a interação com os órgãos de regulação e controle, como o Banco Central, o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

José Serra (PSDB-SP) disse que a experiência do banco em privatizar o controle e manter

a maioria acionária em alguns setores, a exemplo da área de seguros, poderia ser estendida a todas as estatais.

O senador sugeriu à comissão que faça um levantamento de todas as “empresas inúteis” mantidas pelo poder público. Ele citou como exemplo a empresa encarregada da construção do trem-bala, entre Rio de Janeiro e São Paulo.

— São coisas que deveriam ser fechadas, é um ônus administrativo de custos que não tem cabimento.

O presidente da comissão, Tasso Jereissati (PSDB-CE), comunicou que cobrará explicações dos ministros dos Transportes, Antonio Carlos

Comissão de Orçamento aprova relatório preliminar da LDO 2016

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou ontem o relatório preliminar do deputado Ricardo Teobaldo (PTB-PE) ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2016.

Com a aprovação do relatório preliminar, o prazo para emendas à LDO começa hoje e vai até quinta-feira. De acordo com o vice-presidente da comissão, deputado Jaime Martins (PSD-MG), a ideia é aprovar a LDO na comissão e no Plenário em 14 de julho, para garantir o recesso legislativo.

O parecer preliminar, que antecede o relatório final, é uma espécie de guia que orienta deputados e senadores na apresentação das demandas.

Das 16 emendas oferecidas, Teobaldo acolheu parcialmente duas, dos deputados Izalci (PSDB-DF) e João Arruda (PMDB-PR). Com a modificação, os parlamentares poderão apresentar, sem restrições, emendas para o Anexo 3 da LDO, que contempla as ações que não poderão ser contingenciadas em 2016. Teobaldo havia determinado, inicialmente, que as emendas deveriam identificar “o ato legal” criador da despesa que ficaria de fora do bloqueio orçamentário.

A CMO também aprovou convite para que o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Augusto Nardes fale à comissão sobre as “pedaladas fiscais”, supostas manobras contábeis do governo para maquiagem de gastos além dos limites legais. Nardes é o relator das contas do governo de 2014, em julgamento pelo tribunal. Também foram convidados o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, o ex-ministro Guido Mantega e o ex-secretário do Tesouro Nacional Arno Augustin. O requerimento de convite foi apresentado pelos deputados Danilo Forte (PMDB-CE) e Izalci e pelo senador Paulo Bauer (PSDB-SC).

A CMO aprovou ainda projeto do governo (PLN 3/2015) que cria gratificação para os representantes dos contribuintes no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda (Carf), que hoje não são remunerados para participar do conselho. Para o relator, senador Acir Gurgacz (PDT-RO), a proposta visa à melhoria estrutural do órgão, com maior eficiência e transparência nos julgamentos. Como tramita em caráter conclusivo, o PLN 3 segue para sanção presidencial.

(Da Agência Câmara)

Diligências para verificar violência contra a mulher

A Comissão Mista de Combate à Violência Contra a Mulher aprovou ontem a realização de diligências pelo país para conhecer as políticas públicas de enfrentamento ao problema nas diversas regiões brasileiras. Integrantes da comissão também irão a de Castelo do Piauí (PI) visitar as famílias de quatro garotas vítimas de estupro coletivo em maio.

A comissão aprovou ainda requerimento para debate com a ministra da Secretaria de Políticas para Mulheres sobre punição das ofensas contra mulheres na internet e proposta das deputadas sobre cota para mulheres no Parlamento. Texto rejeitado pela Câmara fixava cota de 15% de vagas. A nova proposta da bancada feminina estabelece cota escalonada, de 10% a 16%.

A presidente da comissão, senadora Simone Tebet (PMDB-MS), crê na aprovação do projeto. A relatora, deputada Luizianne Lins (PT-CE), apresentará plano de trabalho semana que vem.

País não cumprirá meta para morte materna

Para especialistas, assistência precária e racismo dificultam redução da mortalidade, que vitima mais as mães negras e pardas. Mais de 90% das mortes poderiam ser evitadas

APESAR DA SIGNIFICATIVA queda nas taxas de mortes maternas nos últimos anos, o Brasil não conseguirá cumprir a meta de reduzi-las em três quartos — para 35 a cada 100 mil nascidos vivos — neste ano. O compromisso foi assumido com a adesão aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas. Os números mais alarmantes estão entre as mortes de mães negras e pardas, 60% do total.

Participantes de debate promovido ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para avaliar o Pacto de Redução da Mortalidade Materna e Neonatal avaliaram que essa realidade não será modificada enquanto não se alterarem o racismo institucionalizado e as más práticas de atenção na gestação e no parto.

Os senadores se chocaram com estatística apresentada pelos palestrantes de que 92% das mortes maternas são classificadas como evitáveis. Por isso, Waldemir Moka (PMDB-MS) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) sugeriram a visita de parlamentares, dos palestrantes e de representantes dos secretários de Saúde dos estados e municípios ao ministro da Saúde, Arthur Chioro, em busca de explicações.



Regina Sousa (C), que propôs a audiência, coordena o debate, que teve participação de Thereza de Lamare, Francisco Costa, Rurany Ester Silva e Jurema Werneck

— A responsabilidade é do ministério — disse Moka.

A chamada morte materna direta, que poderia ser evitada em mais de 90% dos casos, ocorre por complicações durante gravidez, parto ou puerpério devido a intervenções, omissões, tratamento incorreto ou a uma cadeia de eventos. Já a morte indireta resulta de doenças que existiam antes da gestação ou que se desenvolveram durante esse período.

Em 1990, o número de óbitos maternos era de 143 a cada 100 mil nascimentos no país. Com a implantação de programas e políticas públicas de atenção às mulheres, o número caiu para 61 em 2012. Uma redução significativa, mas ainda muito distante da meta assumida,

de 35 a cada 100 mil em 2015.

Das mortes evitáveis, sobressaem-se complicações como hipertensão arterial, hemorragias, complicações por aborto ou infecções no pós-parto, disse Thereza de Lamare, da Secretaria de Atenção à Saúde, do Ministério da Saúde. Em 2012, 1,5 mil mães morreram por complicações no parto. Para Thereza, a baixa qualidade da assistência prestada e a oferta insuficiente de profissionais capacitados são determinantes do problema.

Racismo institucional

A situação piora quando se considera a população negra e parda, que concentra 60% dos óbitos e tem viés de alta, ao contrário das outras etnias,

onde há redução lenta. Rurany Ester Silva, da Secretaria de Políticas para Mulheres, relatou que 141 brancas morreram em decorrência de hemorragia em 2000, número que caiu para 93 em 2012. Entre negras e pardas, houve 190 mortes em 2000; em 2012, foram 202.

Para Jurema Werneck, médica e coordenadora-geral da ONG Criola, uma das principais causas do problema é a diferença de tratamento dos profissionais de saúde com a população negra e pobre, o chamado racismo institucional.

— Não se vai alcançar a meta do milênio porque não se fez uma meta diferenciada para reduzir a morte entre mulheres negras — avaliou Jurema.

Regina Sousa (PT-PI), que

propôs a audiência, se disse chocada com as informações. A mortalidade da mulher negra merece ação dos senadores, disse ela, que prometeu incluir os dados em relatório sobre a violência contra a mulher.

Para o secretário de Saúde do Piauí, Francisco Costa, tanto a morte materna quanto a neonatal serão evitadas com a redução das cesarianas no Brasil. As estatísticas são assustadoras, frisou: no Piauí, as cesáreas chegam a 52%.

Por outro lado, a redução da mortalidade neonatal foi comemorada na audiência. A taxa no Brasil, de 53,7 óbitos por mil nascidos vivos em 1990, diminuiu para 17,7 em 2011, quatro anos antes do pactuado nas Metas do Milênio.

Para Humberto, área social tem de assumir protagonismo do governo

O líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE), afirmou que, concluídas as votações de projetos do ajuste fiscal,



Gerardo Magela/Agência Senado

a área econômica deve voltar aos bastidores e deixar a área social assumir o protagonismo do governo.

Segundo ele, esse ciclo já começou com iniciativas como o Programa de Investimentos de Logísti-

ca e o Plano Safra da Agricultura Familiar. O senador advertiu, no entanto, que a presidente Dilma precisa assumir a liderança dessa fase.

— Ou a presidente assume a liderança para defender o seu governo, para animar o povo brasileiro, ou vamos esperar que o tempo venha a superar o momento de dificuldade que vivemos.

Cássio pede renúncia de Dilma para abreviar sofrimento do país

Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) pediu a renúncia da presidente Dilma Rousseff. Ele afirmou que a nova pesquisa do Ibope revelando que só 9% dos brasileiros aprovam a gestão de Dilma mostra que o governo se deteriorou.



Gerardo Magela/Agência Senado

Para ele, neste momento, a renúncia de Dilma seria um gesto de grande espírito público.

Isso, segundo o senador, abreviaria um longo e penoso caminho que o Brasil ainda vai percorrer. Cássio lembrou que o governo está envolvido em escândalos de corrupção e que existem, no Judiciário, ações contra a presidente que poderão levar à cassação.

— Para que o Brasil tenha o sofrimento abreviado, renuncie, Dilma.

Caiado afirma que presidente está sem apoio para governar

Ronaldo Caiado (DEM-GO) sugeriu à presidente Dilma que renuncie ao cargo e convoque novas eleições, já que, disse, o país vive um momento de ingovernabilidade.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Ele ressaltou a pesquisa em que 68% dos brasileiros consideram o governo ruim ou péssimo, afirmando que a presidente está sem apoio para governar.

E o pior, na opinião do senador, é que o governo não apresenta nenhum projeto para resgatar o ânimo do brasileiro.

— Este momento exige de nós a coragem para exigir da presidente que, ao ver que não tem condições de comandar o país, que tenha a coragem de renunciar e convocar novas eleições.

Amorim lamenta desemprego "galopante" no Nordeste

Eduardo Amorim (PSC-SE) informou que o país perdeu 453 mil postos de trabalho nos últimos 12 meses, segundo cadastro do Ministério do Trabalho. Até maio foram 244 mil empregos perdidos, disse.



Gerardo Magela/Agência Senado

Segundo Amorim, o setor que mais desempregou foi o industrial, seguido pelo comércio. Sergipe perdeu mais de

5 mil vagas nos últimos meses e a tendência, disse, é de piora. Ele pediu que a presidente Dilma repense o ajuste fiscal.

— Com o triste quadro exibido por Sergipe e Alagoas, podemos avaliar a tragédia que o panorama do desemprego galopante vem representando para os nordestinos.

Collor aponta conluio entre revista Veja e Ministério Público

Fernando Collor (PTB-AL) voltou a atacar o que classificou de conluio entre a revista *Veja* e grupo do Ministério Público sob o comando do procurador-geral, Rodrigo Janot, para divulgação seletiva de delações da Lava-Jato.



Gerardo Magela/Agência Senado

Collor disse que a *Veja* publicou reportagem mentirosa, na qual Ricardo Pessoa, dono da UTC, afirma ter repas-

sado R\$ 20 milhões ao grupo do senador. Collor destaca que o Ministério Público divulga, apenas pela *Veja*, o que interessa das delações.

— Meu propósito é cumprir o meu dever público, mas também desnudar as infectas entranhas dos responsáveis ou das reprováveis práticas de obtenção das delações compartilhadas.

Vanessa elogia campanha da ONU pela igualdade de gênero

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) comemorou o lançamento da campanha da ONU pela igualdade de gênero. Ela espera que a ação estimule um esforço em todos os países para a remoção das barreiras que impedem as mulheres de alcançar seu potencial pleno.



Gerardo Magela/Agência Senado

A senadora destacou que, apesar de as mulhe-

res terem mais escolaridade que os homens, elas recebem salários 30% inferiores.

— Existem diferenças entre homens e mulheres, diferenças naturais, mas nenhuma que justifique, por exemplo, que a mulher ganhe menos no mercado de trabalho e ainda não tenha espaço na representação política.